



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Assembleia da República
Comissão de Orçamento e Finanças
Orçamento do Estado para 2010

– 01 de fevereiro de 2010 –

Senhoras e Senhores Deputados,

Começamos hoje a discutir a proposta do Orçamento do Estado para 2010, um orçamento que inicia esta difícil legislatura com uma proposta de confiança aos agentes económicos, famílias e empresas.

Confiança na recuperação da economia e na correção das finanças públicas. Sem uma e sem outra não teremos crescimento económico sustentado, não teremos de novo



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia, não teremos sustentabilidade das políticas conducentes ao desenvolvimento económico e social do nosso País.

Para conquistar e manter esta confiança, quer em Portugal quer internacionalmente, a política económica terá de se concentrar, neste e nos próximos anos, na promoção da competitividade e na recuperação da rota da consolidação das contas públicas. É o que este orçamento inicia, com a urgência necessária.

Desde logo, é essencial promover a competitividade no curto prazo. Nesse sentido, a proposta do Orçamento do Estado para 2010 prevê medidas como:

- os programas e incentivos à internacionalização e à promoção das exportações;
- os incentivos fiscais à capitalização das pequenas e médias empresas através do mercado de capitais;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

- as linhas de crédito para facilitar o financiamento às micro, pequenas e médias empresas;
- a possibilidade de compensação de dívidas tributárias com créditos não tributários;
- o apoio fiscal ao investimento;
- o reforço dos benefícios fiscais à criação de emprego, *Business Angels*, e à Investigação e Desenvolvimento (I&D);
- e, numa matéria tão transversal quanto é a redução dos custos de contexto, o Orçamento do Estado propõe medidas como o fim do imposto de selo em múltiplos atos da atividade das empresas e outras organizações, e a implementação de regime de arbitragem no domínio fiscal.

Numa perspetiva de médio longo prazo, a promoção da competitividade passa pela aposta em fatores estruturais como as qualificações e adoção de estratégias baseadas na ciência e tecnologia, que se traduzam em inovações, isto é, na exploração económica desse conhecimento. Um terceiro fator estrutural tem



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

a ver com a provisão de infraestruturas susceptíveis de modernizar Portugal, elevar o seu potencial de crescimento e ligar o País ao resto do Mundo.

Neste âmbito, a proposta de Orçamento do Estado para 2010 privilegia:

- os investimentos em ciência e tecnologia, em estreita parceria com Universidades;
- os apoios à formação nas empresas e Novas Oportunidades;
- os investimentos na requalificação e modernização dos equipamentos escolares;
- as iniciativas para investimentos massivos (i) nas energias renováveis (nomeadamente barragens), de forma a reduzir a dependência do exterior e de energias não renováveis, e (ii) na aposta ambiciosa nos veículos elétricos enquanto novo paradigma de mobilidade;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

- os investimentos nas comunicações com vista à aproximação de mercados, incluindo o reforço das ligações em banda larga.

O aumento da competitividade da economia portuguesa terá também reflexos positivos no emprego, seja pelo alargamento da atividade das empresas, seja pela realização de investimentos, seja ainda pela inserção de recursos humanos qualificados, resultante das estratégias empresariais baseadas na tecnologia e inovação, mas também na exploração de novos mercados.

Apesar desse efeito esperado, serão mantidas, em 2010, as políticas ativas de promoção do emprego (renovação do Programa Qualificação Emprego, redução da taxa contributiva para empresas que contratem desempregados, promoção do empreendedorismo, integração profissional de beneficiários do rendimento social de inserção, entre outras medidas).



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

No sentido de contribuir para uma efetiva solidariedade social, o Governo continuará também a apoiar os cidadãos e famílias mais afetados pelos efeitos da crise económica e financeira, nomeadamente através:

- do reforço da equidade fiscal;
- de novos investimentos em equipamentos sociais, como sejam creches e lares;
- e do fomento da poupança interna.

Para além da promoção da competitividade, e do apoio ao emprego, é imperioso recuperar a rota de consolidação das contas públicas, num esforço efetivo e coordenado.

Assim sendo, já em 2010, no domínio das finanças públicas, é necessário assegurar a conciliação entre, por um lado, a manutenção da disponibilidade dos instrumentos de estímulo orçamental à recuperação da atividade económica e do emprego



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

e, por outro lado, o início imediato de nova fase da consolidação orçamental, reduzindo, desde já, o défice público.

Esta conciliação exige contenção e rigor na despesa pública, nomeadamente no que respeita à política salarial, o *phasing out* das medidas anticrise ao longo de 2010, e a estabilidade fiscal, de modo a que os estabilizadores automáticos possam operar em pleno, agora no sentido positivo.

Algumas linhas de força da consolidação, através do controlo da despesa pública, passam:

- pela forte contenção nas despesas com pessoal, através do aumento salarial nulo e do reforço do controlo das admissões;
- pelo controlo da despesa do Serviço Nacional de Saúde e das prestações da Segurança Social e, em geral, pelo reforço do controlo do Ministro das Finanças e da Administração



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Pública relativamente à despesa corrente, aos investimentos e às parcerias público privadas e concessões;

- pelo estabelecimento das portagens já previstas nas SCUT e estudo de novas portagens noutras SCUT, a par da revisão do regime de financiamento das Estradas de Portugal num contexto em que a infraestrutura rodoviária nacional está em fase de conclusão.

Numa perspetiva de médio e longo prazo, a atuação no domínio das Finanças Públicas visa assegurar o cumprimento dos compromissos de Portugal, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente corrigindo a situação de défice excessivo até 2013.

Está já em preparação o novo Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, que conterà a trajetória e as medidas concretas previstas para chegarmos a 2013 com o défice



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

excessivo resolvido. Alguns exemplos de medidas já previstas nesta proposta do Orçamento do Estado contemplam:

- a aceleração da convergência do regime de pensões da Caixa Geral de Aposentações relativamente ao regime geral da Segurança Social, contribuindo para melhorar a sustentabilidade de médio e longo prazo do sistema de pensões;
- a melhoria e reforço do quadro orçamental, quer no que respeita à orçamentação, quer à execução e à monitorização, através da formulação de um enquadramento orçamental plurianual que inclua regras de despesa e programação por objetivos;
- o rigor na análise e seleção dos investimentos públicos e dos projetos em parceria público-privada.

Um orçamento de confiança, pois. E, já em preparação, um exigente Programa de Estabilidade e Crescimento que terá de reforçar essa confiança na recuperação da competitividade e das finanças públicas. Com o empenhamento de todos, com rigor na



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

escolha e no financiamento das políticas económicas e sociais, começando aqui mesmo na Assembleia da República, conseguiremos assegurar essa confiança aos agentes económicos nacionais e também aos agentes e mercados internacionais.

Muito Obrigado.